



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Repúdio à misoginia de assessor de Trump

Janja e Ministério das Mulheres rebatem Paolo Zampolli, que classificou brasileiras como “raça maldita” e que “são programadas para causar confusão”. Ele foi casado com uma ex-modelo paranaense, com a qual disputa a guarda do filho

» VINICIUS DORIA

A primeira-dama Janja Lula da Silva e o Ministério das Mulheres reagiram às declarações de Paolo Zampolli, conselheiro especial para parcerias globais do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que as mulheres brasileiras são uma “raça maldita”. Em entrevista à emissora estatal italiana RAI, ele fez comentários misóginos às mulheres brasileiras ao falar da ex-esposa, a ex-modelo paranaense Amanda Ungaro, com quem esteve casado por 20 anos. Os dois travam uma disputa judicial pela guarda do filho, de 15 anos.

Ao citar uma amiga da ex-mulher, Zampolli referiu-se a ela como “uma dessas putas brasileiras, essa raça maldita de brasileiras, são todas iguais”. Disse, ainda, que as brasileiras são “programadas para causar confusão”.

Para Janja, “é impossível não se indignar diante da fala do assessor”. Em postagem nas redes sociais, a primeira-dama lembrou o processo de separação de Zampolli, em que ele é acusado por Amanda de violência doméstica e abuso sexual e psicológico.

“Dizer que somos ‘uma raça maldita’ e ‘programadas para causar confusão’ não nos diminui. Sabemos muito bem quem somos e temos muito orgulho de quem nos tornamos diariamente. Na indignação, nos fortalecemos. Nos unimos para combater o machismo, a misoginia e toda forma de violência contra nós”, disse Janja, na publicação.

Falando pelo governo brasileiro, o Ministério das Mulheres também rebateu os comentários de Zampolli. Em nota oficial, divulgada no fim da tarde de ontem, a pasta repudiou as declarações, consideradas “ofensivas contra meninas e mulheres brasileiras”.

“A misoginia não constitui opinião. Trata-se de manifestação de ódio, aversão e incitação à violência, configurando prática criminosa. Nesse sentido, o ministério ressalta que o ódio contra meninas e mulheres não pode ser relativizado sob o argumento da liberdade de expressão. O governo do Brasil reafirma

Oliver Bunic/AFP



Zampolli ofendeu as brasileiras em uma entrevista à RAI. Ele é acusado pela ex-mulher de violência doméstica e abuso sexual e psicológico



Dizer que somos ‘uma raça maldita’ e ‘programadas para causar confusão’ não nos diminui. Sabemos muito bem quem somos e temos muito orgulho de quem nos tornamos diariamente”

Reação da primeira-dama Janja Lula da Silva

seu compromisso com a promoção dos direitos das mulheres e com o enfrentamento de todas as formas de violência de gênero e raça, incluindo a misoginia, reconhecida como fator de risco para a escalada de agressões que podem culminar em feminicídio. O Ministério das Mulheres seguirá atuando para assegurar a proteção de meninas e mulheres, bem como na promoção de uma sociedade baseada no respeito, na igualdade e na justiça”, disse o ministério.

Zampolli foi mais longe ao desbordar para o preconceito por

relacionar o comportamento dos brasileiros ao consumo de telenovelas: “Os brasileiros assistem a novelas e são todos um pouco assim. Você já ouviu dizer que as brasileiras enganam todo mundo, né? Não é como se fosse a primeira vez”.

Amanda Ungaro acusa Zampolli de agredir fisicamente quando recusava relações sexuais — apresentou fotos de hematomas como prova. O assessor de Trump nega as acusações e diz que a ex-mulher tentou prejudicá-lo. Ela diz que Zampolli influenciou o governo para que fosse deportada dos Estados Unidos, o que a impede de ver o filho do casal.



A misoginia não constitui opinião. Trata-se de manifestação de ódio, aversão e incitação à violência, configurando prática criminosa”

Trecho da nota do Ministério das Mulheres

» Tabata coordenará grupo sobre PL

O grupo de trabalho que analisará o Projeto de Lei da Misoginia será instalado na próxima semana, na Câmara dos Deputados. Será coordenado pela deputada Tabata Amaral (PSB-SP). O PL define a misoginia como “a conduta que exteriorize ódio ou aversão às mulheres”. O projeto também inclui a expressão “condição de mulher” entre os critérios de interpretação da Lei do Racismo, tal como cor, etnia, religião e procedência. O texto ainda prevê penas de dois a cinco anos de reclusão e tenta ser mais uma arma no combate aos discursos de ódio e discriminação baseados na crença de supremacia masculina. Relatora da proposta no Senado, Soraya Thronicke (PSB-MS) rebateu as acusações de censura feitas pelos bolsonaristas. “O que a proposta faz é responsabilizar condutas que ultrapassam o campo da opinião legítima e entram no território da discriminação e do ódio”, frisou.

Médico preso por estupro

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O médico ginecologista Marcelo Arantes Silva foi preso em Goiânia, quinta-feira, acusado de uma série de estupros de vulnerável praticados contra pacientes. Até o momento, a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) de Senador Canedo (GO) identificou 23 vítimas. Dez mulheres foram abusadas em Goiânia e as outras 13, em Canedo.

O médico foi denunciado pela primeira vez em 2017, em Canedo. De acordo com a Polícia Civil de Goiás, os abusos continuaram até 2026. Nos relatos, as mulheres dizem que o ginecologista realizava diversos exames de toque sem necessidade, muitas vezes não usava luvas e fazia perguntas de cunho sexual.

A polícia entendeu que Marcelo se aproveitou da condição de médico e do momento de vulnerabilidade, exposição física e emocional das mulheres para cometer os abusos. Por isso, está sendo acusado de estupro de vulnerável.

Em nota, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Cremego) disse que o registro médico do investigado está suspenso por ordem judicial. “O Cremego ressalta que todas as denúncias relacionadas à conduta ética de médicos, recebidas ou das quais toma conhecimento, são apuradas e tramitam em total sigilo, conforme determina o Código de Processo Ético-Profissional Médico. O Cremego também solicita esclarecimentos ao médico responsável técnico pela instituição citada nas denúncias”, observa a entidade.

O Correio entrou em contato com a defesa do médico e com a clínica onde trabalha, mas, até o fechamento desta edição, não teve retorno.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

25º ENEJOR

Crise climática no centro dos debates

» THAMIRES PINHEIRO*

A Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB) sediou, entre o dia 22 e ontem, a 25ª edição do Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo (Enejor). Com foco na crise climática, o evento reuniu participantes de todo o país em uma programação que combinou debates teóricos, oficinas práticas e apresentação de pesquisas, e alcançou o recorde de público.

Considerada a maior edição já realizada, a programação foi marcada pela diversidade de temas e pela participação ativa dos estudantes. Para a diretora da FAC/UnB, Dione Moura, o crescimento do encontro reflete o envolvimento coletivo. “Os estudantes foram a alma do evento. Tivemos um

processo de divulgação muito forte, que funcionou como um laboratório dentro da própria universidade”, afirmou.

A escolha da crise climática como tema central também foi estratégica. “O jornalismo ainda não está fazendo a cobertura da crise climática como deveria. Trazer isso para o ensino é começar pela base”, disse.

Eloisa Beling Loose, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, participou como painelistas na mesa sobre jornalismo e crise climática. “É muito importante que o evento tenha trazido a questão climática para o centro da discussão, porque é a grande questão do nosso tempo. Desde a formação dos jornalistas já precisamos fomentar um olhar crítico e sistêmico sobre como essas

Divulgação



Exposição com capas do Correio é destaque no 25º Enejor, na FAC/UnB

mudanças se conectam ao dia a dia”, afirmou ao Correio.

A discussão sobre novos olhares no jornalismo ganhou espaço em diferentes mesas. A professora Antônia Alves Pereira, da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), abordou o etnojornalismo como

uma forma de ampliar a escuta e incluir diferentes perspectivas. “Precisamos ouvir os territórios e construir com as comunidades, não apenas falar sobre elas”, afirmou.

A professora Daiane Bertaso, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também

destacou a importância de um ensino mais plural. “Questões de gênero, raça e classe atravessam o jornalismo o tempo todo. Elas impactam desde a escolha das pautas até as fontes”, explicou. Ela defendeu que esses temas sejam trabalhados de forma contínua na graduação. “Precisamos preparar jornalistas para uma realidade mais complexa e diversa”.

Além das mesas, o Enejor contou com uma programação extensa de oficinas, que aproximaram os participantes da prática profissional. Entre os temas abordados estiveram o uso de inteligência artificial no ensino, produção de texto jornalístico, investigação, uso de dados públicos e estratégias de comunicação.

As ações também encontram ressonância e conexão com as atividades acadêmicas. Os estudantes da FAC tiveram atividades nas disciplinas que cursam voltadas ao Enejor. Em Texto Jornalístico, por exemplo, o professor Sérgio Sá pediu aos alunos que trouxessem uma notícia de até 2,5 mil caracteres sobre o

evento. “Foi uma atividade em campo, com a primeira cobertura de evento dos estudantes, justamente para eu entender se eles têm essa percepção de onde está o valor notícia”, afirma.

Os grupos de pesquisa tiveram espaço com a apresentação de trabalhos acadêmicos sobre ensino, ética, extensão e inovação no jornalismo. As discussões passaram por temas como desinformação, uso de tecnologias, formação profissional e experiências laboratoriais em universidades de diferentes regiões do país.

O evento também contou com a exposição de capas históricas do Correio. A mostra abordou o papel do jornalismo como registro histórico e ponto de conexão entre passado e presente da profissão.

“Todo mundo que gosta de jornalismo precisa olhar para capa de jornal. O Correio constrói história, conta a história e também propõe caminhos”, afirmou Dione Moura, da FAC.

*Estagiária sob a supervisão de Mariana Niederauer